



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11047 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

PERÍODO PANDÊMICO E A AGUDIZAÇÃO DOS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO

Alessandra Ferreira dos Santos - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

Ana Lara Casagrande - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

PERÍODO PANDÊMICO E A AGUDIZAÇÃO DOS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO

Introdução

Neste texto são empreendidas discussões, a partir dos resultados de pesquisa de mestrado em andamento, sobre os impactos do período da pandemia Covid-19 na etapa do Ensino Médio, bem como se analisa a política educacional direcionada à recuperação das aprendizagens na Educação Básica como parte das estratégias de ação frente aos efeitos do Ensino Remoto Emergencial (ERE), adotado como modo de dar continuidade às atividades pedagógicas com a segurança do distanciamento social, forma de proteção do contágio do vírus SARS-CoV-2, novo coronavírus.

O Ensino Médio, como indicado na Medida Provisória (MP) nº746/2016 que pretendeu sua reforma, tem problemas históricos de evasão e repetência, entre outros, para os quais a superação passaria pela reestruturação/flexibilização curricular e estímulo ao protagonismo juvenil, conforme a Lei nº 13.415/2017 originada na referida MP.

Vale enfatizar a defesa de Ensino Médio aqui realizada: de importância socialmente estratégica com uma base científico-teórico que permita a formação integral e transformadora (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2005; 2011).

A atual reforma promulgada com a Lei nº 13.415/2017, que institui o Novo Ensino Médio, propõe um modelo de aprendizagem por áreas de conhecimento, destacando a parte comum do currículo e parte flexível, com os chamados itinerários formativos, que promete dar opções aos jovens para a construção de um currículo flexível, inclusive com formação profissionalizante articulada ao Ensino Médio.

Sobre a identidade da etapa final da Educação Básica, Carneiro (2016) considera que, como está engendrado, não prepara o estudante para vida tampouco para mundo do trabalho ou para ingresso na graduação. O autor afirma, ainda, que o Ensino Médio não pode ser vivido por esse jovem com um único propósito, o mundo do trabalho, o autor questiona a falta de articulação da última etapa com a educação Básica (CARNEIRO, 2016).

[Manutenção do anonimato] (2022) denotam algumas problemáticas na etapa do Ensino Médio tais como: evasão escolar, desinteresse e falta de atenção por parte dos alunos, aulas monótonas e dificuldades de conciliar trabalho com estudos, fatores que potencializam o desinteresse da juventude pela escola.

As avaliações em larga escala, que deveriam subsidiar as políticas públicas, como uma espécie de fotografia ampliada da educação no país, demonstram as deficiências do Ensino Médio, o problema é que o faz na lógica da competitividade. De acordo com Souza e Ferreira (2019, p. 21), essas avaliações podem agravar a desigualdade social que afeta a escolha, na medida em que “se colocam a serviço da administração educativa e sua eficácia está relacionada ao controle dos resultados que podem servir, inclusive, para o estabelecimento de ‘rankings’ para diferenciar o desempenho de diferentes escolas”.

Segundo Carneiro (2016), os instrumentos de avaliação empregados no Ensino Médio atualmente são: Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que se converteu mais em exame vestibular nacional, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Dentro do Ideb são calculados os rendimentos e desempenho a cada dois anos, utilizando a Prova Brasil, SAEB por amostragem, e do *Programme for International Student Assessment* (PISA). O SAEB é responsável por identificar por amostragem as falhas no sistema educacional, com dois objetivos conceber políticas públicas e identificar áreas prioritárias de investimento (CARNEIRO, 2016).

Nessa perspectiva, Gonçalves e Valezi (2021), ao analisarem os resultados das avaliações, evidenciaram um baixo índice na proficiência da Língua portuguesa por parte dos jovens, presente entre o, 3º e 4º ano do Ensino Médio apresentados pelo SAEB de 2019. A média, alcançada pelos jovens segundo o INEP de 2020 foi de 278,4 pontos, ratificados nas regiões de menor desempenho, representadas pelo Norte, uma parcela do Centro-oeste, e boa parte do Nordeste, com uma pontuação abaixo da média, nacional. Dados como estes indicam que os limites no acesso e na garantia da qualidade no ensino médio atingem de maneira mais perversa a população pobre do país. As análises ainda indicam ausência de políticas efetivas que mudem este quadro da realidade educacional (KRAWCZYK, 2009).

De modo preocupante, de acordo com o alerta do secretário-geral das Nações Unidas (ONU, 2020), o contexto pandêmico aprofundou ainda mais as desigualdades educacionais que já existiam, restringindo as oportunidades de aprendizagem das crianças, dos jovens e dos adultos mais vulneráveis, principalmente os que habitam em zonas pobres ou rurais, meninas, refugiados, pessoas com deficiência e pessoas deslocadas à força. Os prejuízos de aprendizagem também ameaçam ampliar-se para além desta geração e destruir décadas de evolução, especialmente ao plano da inclusão e da igualdade (ONU, 2020).

Diante dessa perspectiva, o presente estudo analisa o decreto nº 11.079 de 23 de maio de 2022, que propõem minimizar as problemáticas relacionadas a evasão escolar e recuperação

da educação diante do panorama pandêmico. Para isso, durante os próximos capítulos serão abordados assuntos relacionados a pandemia e os desafios do Ensino Médio e a Política nacional para recuperação das aprendizagens na Educação Básica.

Pandemia e Ensino Médio: lidando com os efeitos

Diante do cenário pandêmico, fechamento das escolas e a necessidade de adaptação e manutenção do distanciamento social, as plataformas tecnológicas assumiram protagonismo ao possibilitaram videoconferências, trocas de mensagens e compartilhamento de arquivos (Google Meet, Microsoft Teams, Skype, Zoom, entre outros, cujos recursos mais avançados estão disponíveis nas versões pagas) ([Manutenção do anonimato], 2021).

Nesse cenário, novas normatizações foram estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para atender demandas da excepcionalidade do estado de pandemia. O CNE emitiu a Nota de Esclarecimento, em março de 2020, sobre as demandas da pandemia da COVID-19 no fluxo do calendário escolar e flexibilizou as normas e os parâmetros legais estabelecidos, orientando que as redes e instituições de educação básica e ensino superior propusessem formas de realização e reposição de dias e horas de efetivo trabalho escolar (BRASIL, 2020).

Dessa forma, com o ERE, agravaram-se os problemas de natureza socioeconômica, política, pedagógica, tecnológica e de saúde. No caso do Ensino Médio, agudizando suas agruras. Dentre esses problemas, destacam-se: a falta de acesso às tecnologias digitais e a rede de 'internet', a intensificação do trabalho dos profissionais da educação, as políticas não democráticas de ensino remoto, desigualdade social em relação às políticas de avaliação em larga escala, falta de investimentos em equipamentos, dificuldades das famílias na tutoria dos estudos das crianças e jovens remotamente e no acesso aos meios virtuais de comunicação, além da tensão e do adoecimento emocional de professores, familiares e alunos (FONTANA et al., 2020).

Conforme o recente decreto estabelecido em maio de 2022, Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022, o governo planeja implementar programas e ações para a recuperação das aprendizagens e prevenir a evasão e o abandono escolar na Educação Básica, os quais tiveram um crescimento estrondoso diante da pandemia. O decreto traz esperanças para a recuperação dos alunos que sofreram com os impactos da pandemia pelas deficiências do sistema educacional. Dessa maneira, o Decreto nº 11.079/2022 estabelece a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica, por meio da qual a União, em regime de colaboração, implementará estratégias, programas e ações para a recuperação das aprendizagens e o enfrentamento da evasão e do abandono escolar na Educação Básica.

A configuração de tal Decreto se deu a partir da escuta ativa realizada nos Encontros de Coordenação Regional dos estudos e experiências (Inter) nacionais. O mesmo institui normativas já previstas na legislação educacional brasileira desde a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9.394/1996 e novas legislação, como a PEC 59/2009 e a lei nº 13.005/2014 que instituiu o Plano Nacional de Educação, apontando, problema vivenciados já na educação básica nas múltiplas aprendizagens, político-pedagógico, sobressaindo à ausência de programas e ações coordenadas pela União com os Estados, antes, durante e pós, pandemia.

O documento discorre, ainda, as principais metas da política, sendo estas: elevar a frequência escolar e reduzir índices de evasão e de abandono escolar; desenvolver estratégias de ensino e aprendizagem para o avanço do desempenho e da promoção escolar; diminuir a distorção idade-série por meio do monitoramento da trajetória; promover a coordenação de ações para o enfrentamento do abandono e recuperação das aprendizagens; e aumentar a resiliência dos sistemas de ensino por meio da implementação de ações e programas de ampliação da capacidade técnica e da infraestrutura das redes para responder a crises.

CONCLUSÃO

Dentre os aspectos destacados na reflexão que integra o presente estudo, enfatizou-se sobre os agravos causados pela pandemia na Educação e as consequências trazidas por estes, devido ao caos gerado pelo contexto pandêmico.

Nota-se que os jovens têm se tornado público-alvo de novas pesquisas e interesses de políticas de governo e uma sociedade em constante desenvolvimento. Não é de hoje que essa juventude tem um grande compromisso com o futuro das gerações, dessa maneira torna-se imprescindível criar políticas públicas capazes de atender essas juventudes em sua heterogeneidade e pluralismo.

Destaca-se, ainda, que todas essas problemáticas ocorrerem mediante a nova proposta do Ensino Médio a qual tem como compromisso uma formação mais técnica e menos propedêutica, servindo dessa forma ao jogo de interesses que rege o neoliberalismo, contribuindo para a formação do homem produtivo, do homem massa, distanciando-se do conceito da formação humana.

Palavras-chave. Ensino Médio. Pandemia. Evasão. Avaliações externas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Nota de esclarecimento. Brasília, 18 de março de 2020(a). Disponível em <http://consed.org.br/media/download/5e78b3190caee.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2022.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O nó do Ensino Médio**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes. 2012.

[Manutenção do anonimato], 2021.

[Manutenção do anonimato], 2022.

DOS SANTOS GONÇALVES, Paulo Ricardo; VALEZI, Sueli Correia Lemes. Proficiência em língua portuguesa e letramento em leitura: reflexões sobre o ensino médio no Brasil e centro oeste. **Tecnia**, v. 6, n. 2, p. 54-79, 2021.

FONTANA, Maria Iolanda; ROSA, Maria Arlete; KAUCHAKJE, Samira. A. educação sob o impacto da pandemia Covid-19: uma discussão da literatura. **Revista Práxis**, v. 12, n. 1 (Sup.), dezembro, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.

32, n. 116, p. 619-38, jul./set. 2011.

KRAWCZYK, Nora. **O ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

ONU. **Policy Brief**: Education during COVID-19 and beyond. 2020. Recuperado de Disponível em: <https://unsdg.un.org/resources/policy-brief-education-during-covid-19-and-beyond>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SOUSA, Clarilza Prado de; FERREIRA, Sandra Lúcia. Avaliação de larga escala e da aprendizagem na escola: um diálogo necessário. **Psicologia da Educação**, n. 48, p. 13-23, 2019.